

A FRONTEIRA COMO PAISAGEM: Geografias da Raia Internacional Brasil- Argentina no Noroeste Gaúcho

Reginaldo José de Souza

Professor dos cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Programa de Pós-Graduação em Geografia e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul/Brasil.

Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana – GENVI.
E-mail: reginaldo.souza@uffs.br

Raquel Agnes Santos Fonseca

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.
Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana – GENVI.
E-mail: raquelasfonseca@gmail.com

Bruno Zucumi Prina

Doutor em Geografia.
Técnico do Laboratório de Geoprocessamento da UFFS.
E-mail: bruno.prina@uffs.edu.br

Resumo

A proposta deste artigo é analisar a fronteira como paisagem. Primeiramente, são apresentados referenciais teóricos para dimensionar a relevância do debate sobre fronteiras na Geografia. Esta etapa tem também como propósito contextualizar o que é tratado pela nomenclatura de “raia”, ou seja, um termo que define a fronteira como espaço de integração e intergradação de geografias, considerando a continuidade das dinâmicas paisagísticas entre os territórios fronteiriços. Posteriormente, o estudo se direciona para o recorte de pesquisa: o conjunto ecológico composto pelo Parque Estadual do Turvo, noroeste gaúcho, e *Parque Provincial Saltos del Moconá*, nordeste argentino. Pela continuidade das reservas florestais e pelo elo cênico do Salto do Yucumã, considera-se que as potencialidades paisagísticas podem promover a integração bilateral entre Brasil e Argentina no que diz respeito aos cuidados ecológicos mobilizados por dois povos estrangeiros, mas, com um objetivo em comum. No entanto, verificou-se que ainda existem limites a serem superados para que ocorra uma integração de ações das administrações destas reservas, notadamente em termos de comunicação eficiente das equipes técnicas atuantes, investimentos em segurança pública e educação ambiental/patrimonial. A metodologia da pesquisa foi definida por levantamentos bibliográficos, elaboração de cartas para verificar a evolução do uso da terra nos municípios de *El Soberbio* e *Derrubadas* entre 1993 e 2018, além de trabalho de campo que permitiu aproximações com gestores e com moradores empenhados na limpeza do rio Uruguai.

Palavras-chave: Meio ambiente; Geopolítica; Relações internacionais.

LA FRONTERA COMO PAISAJE: Geografías de la Raya Internacional Brasil-Argentina en el Noroeste Gaúcho

Resumen

El propósito de este artículo es analizar la frontera como paisaje. En primer lugar, se presentan referencias teóricas para evaluar la relevancia del debate sobre fronteras en la Geografía. En esta etapa

también se pretende contextualizar lo que es tratado por la nomenclatura de “raya”, es decir, término que define la frontera como un espacio de integración e intergradación de geografías, considerando la continuidad de la dinámica paisajística entre territorios fronterizos. Posteriormente, el estudio se centra en el recorte de investigación: el complejo ecológico que comprende el *Parque Estadual do Turvo*, noroeste de *Rio Grande do Sul*, y el Parque Provincial Saltos del Moconá, noreste de Argentina. Debido a la continuidad de las reservas forestales y al vínculo escénico del *Salto do Yucumã*, se considera que el potencial paisajístico puede promover la integración bilateral entre Brasil y Argentina en lo que respecta al cuidado ecológico movilizadopor dos pueblos extranjeros, pero con un objetivo común. Pero se constató que aún quedan límites por superar para que exista una integración de acciones de las administraciones de estas reservas, destacando en términos de comunicación eficiente de los equipos técnicos, inversiones en seguridad y educación ambiental / patrimonial. La metodología de investigación se definió mediante levantamientos bibliográficos, elaboración de cartas para verificar la evolución del uso del suelo en los municipios de El Soberbio y *Derrubadas* entre 1993 y 2018, además de trabajos de campo que permitieron acercamientos con gestores y vecinos comprometidos en la limpieza del Río Uruguay.

Palabras clave: Medio Ambiente; Geopolítica; Relaciones Internacionales.

Introdução

No mundo contemporâneo, a reflexão sobre a fronteira impõe pensar sobre o trânsito humano nos territórios, a efemeridade da passagem e o esquecimento daquilo que ficou para trás. Isto porque, geralmente, a fronteira é vista apenas como a etapa de um trajeto a ser vencida, pois, o que importa é chegar ao destino, à cidade, à capital e, por fim, à (sensação de) segurança.

Isto acontece porque toda fronteira se traduz como desafio existencial, onde a liberdade é sempre motivo de questionamento de autoridade e de autorização. No exato instante em que se é entrevistado pela autoridade nacional, a autoria da própria vida é posta à prova. A depender do interesse da viagem, uma pessoa terá que prestar contas ao novo país em períodos maiores ou menores e estar sempre atenta e sujeita à imposição de outros poderes.

Assim, a travessia fronteiriça questiona as decisões do migrante e determina se seus objetivos serão ou não alcançados. No tecido da vida, a fronteira pode ser uma incisão sem sutura que não permitirá a entrada ou a saída, a ida ou o retorno, principalmente para quem foge de guerras, de misérias, de fomes e de mortes.

Mas, por natureza, não existem fronteiras. A autoria das dinâmicas do mundo natural dispensa questionamentos de autoridade. Inclusive, nisso reside a beleza ou a sublimidade da natureza: em sua liberdade espaço-temporal. Posto que nenhum rio ou montanha quer ser limite para a distribuição de florestas, para a vida animal ou para o zoneamento climático.

Todo limite acaba por ser uma construção humana/social, isto é, a imposição do polígono geométrico jamais intimida a passagem da natureza. Já no início do romance

“Viagem à Portugal”, José Saramago apresenta sua personagem central em travessia do território espanhol para o português. Esta personagem estaciona seu automóvel sobre uma ponte e tenta adivinhar o idioma falado pelos peixes no suposto limite entre o rio Douro e o *Duero*. Enfim, uma imagem que fala por si, pois, não há diferenças, os peixes do mesmo rio não mudam suas formas de vida em função das criações humanas.

A geografia da Natureza é maior e mais poderosa do que o espaço produzido pelos seres humanos. Então, o objetivo de compreender os desdobramentos das dubiedades das fronteiras se relaciona com o campo de investigação preocupado em buscar respostas para as perguntas existenciais suscitadas nos confins ou princípios territoriais que foram artificialmente criados, porque produtos de leis e tratados, e geram perguntas sobre como melhor integrar distintos territórios nacionais pelas dinâmicas entre sociedade e natureza nos seus rebordos, suas margens. Nesse sentido, o que seria a “periferia” do território se torna o centro de atenções das pesquisas geográficas.

Então, apresentamos a hipótese deste trabalho, pensada através do redimensionamento da finalidade da fronteira para a valorização da vida e a construção de outras relações políticas entre nações e seus respectivos cidadãos. Nossa hipótese é de que a fronteira pode ser mais do que o simples limite geométrico, ou seja, o perímetro do território sob guarda e vigia ou, ainda mais grave, em situação de abandono.

A ideia desta discussão tem sua origem em um projeto de pesquisa intitulado “Paisagem e Fronteira: Geografias da Raia Internacional Sul-rio-grandense” cuja principal tarefa é identificar potencialidades de integração bilateral no arco noroeste da divisa gaúcha com a Argentina, desde o conjunto ecológico composto pelo Parque Estadual do Turvo e Parque Provincial Saltos de Moconá, área focalizada neste estudo.

Consideramos que o conjunto ecológico selecionado tem potencialidades para incentivar maiores e melhores conexões entre Brasil e Argentina através de ressignificações da fronteira como *paisagem de conexão* e não como *território de afastamento* e disputa.

Considerações teóricas sobre a fronteira

A fronteira pode ser entendida para além de um simples limite de Estado Nação, mas, para isso é preciso estabelecer diálogos que superem seu entendimento como ruptura e compreenda quais as relações espaciais que resultam na delimitação de territórios, assim como as consequências na vida cotidiana dos que vivem em áreas fronteiriças.

Diante das transformações do espaço geográfico, sob a lente da geopolítica, percebe-se a fragmentação dos territórios e a cristalização de Estados Nação através de suas fronteiras, de acordo com Cataia (2001) as fronteiras institucionais tomam a forma como conhecemos a partir do advento do Estado Moderno no final do século XIX, resultado de processos de colonização marcados por conflitos nas relações de disputa por território, daqueles que já estavam territorializados e aqueles que chegavam, buscando e estabelecendo formas de subsistência, reprodução de vida, transformação e apropriação da natureza através de suas heranças culturais e intencionalidades.

Isnard (1981) citado por Cataia (2001) explicará esse movimento considerando que a definição geográfica da colonização é, entre outras coisas, a introdução de um modelo de espaço concebido pela civilização ocidental, num meio sociocultural e econômico diferente. Explicita-se então como o espaço geográfico é marcado por diferentes temporalidades locais e globais, ocidente e oriente, velho mundo, novo mundo e novíssimo mundo, que marcam as distintas relações de sociedades com o meio, as colonizações irão expressar o início do estabelecimento de uma cultura ocidental que mais tarde resultaria na expansão do modelo capitalista de produção baseado em relações de produção e comércio internas e externas, voltados ao desenvolvimento econômico, reforçando os limites territoriais que, por vezes, não coincidiam com as territorialidades.

Assim, a tipologia das fronteiras para a representação desse limite dos Estados, unidades federativas, províncias, carregam suas marcas de ampliação ou encolhimento nos territórios, evidenciando quais interesses motivaram a ocupação e territorialização de distintas formas de uso e ocupação desses espaços. Ou seja, o formato dessas delimitações vetoriais, que temos em representações territoriais, refletem a historicidade projetada no meio ambiente.

Cataia (2001) comenta como a sedentarização do ser humano, junto à consequente divisão do trabalho, impulsionaram o espaço ecológico à gradativa transformação em espaço geográfico, o que não anula nem pressupõe a superação das dinâmicas naturais, como é o caso da fronteira de San Diego – EUA e Tijuana – México, separada por um gradil que segue adentro ao mar por alguns metros. São as tentativas políticas de controle através de equipamentos sociais na fiscalização de entrada e saída de pessoas. Gonçalves (2006) traz uma importante reflexão para pensarmos as fronteiras a partir da imagem do planeta Terra:

Afinal, a Terra está lá, solta no espaço, nua, natureza pura. As diferenças entre povos não aparecem. Poderosa imagem essa que sobrevaloriza o planeta e esconde os povos, as culturas. A ideia de que estamos diante de um constructo cultural, cuidemo-nos, não nos deve escapar, até porque, nas

diversas imagens que se projetam da Terra no espaço, lá está a haste de um satélite de onde ela foi fotografada. A técnica paira por sobre a imagem. Por trás da objetiva há, sempre, alguém olhando, observando. (GONÇALVES, 2006, p. 12).

As fronteiras, para fora e para dentro, enquanto ferramenta conceitual são evidenciadas na contemporaneidade pelo avanço da tecnologia na delimitação, controle e gestão dos territórios e seus recursos naturais, resultado do avanço do sensoriamento remoto, como ciência e técnica na representação do espaço geográfico e caracterização das ações humanas sobre o espaço. A corrida espacial entre EUA e a extinta URSS, por exemplo, e a constatação do planeta esférico e azul, livre de fronteiras, tornou-se muito mais uma romantização do que propriamente o esforço na resolução de problemáticas socioambientais.

Em um mundo globalizado, tal qual se apresenta agora, as formas de vida das sociedades se aproximam, mas conservam raízes originárias e das colonizações, marcadas pela exclusão e interpenetração de culturas. Souza (2014) comenta que fronteiras ou raias são como franjas onde, em momentos, podem tornar-se semelhantes, contrapondo modelos de governos centrais. Por essa perspectiva é possível compreender essas relações fronteiriças para além do limite geopolítico, como possibilidade de desenvolvimento regional, cultural, econômico etc. Criando assim sua própria centralidade, como é o caso de Portugal e Espanha, conforme Carminda Cavaco explica o apagamento da fronteira luso-espanhola:

[...] o apagar da fronteira facilitou o estabelecimento de relações de cooperação de tipo novo entre as populações e entre as autoridades de um lado e outro da linha divisória dos poderes locais e nacionais, e a exploração livre de todas as complementaridades e sinergias das intervenções públicas e privadas, de iniciativa local, regional, nacional ou comunitária. (CAVACO, 1994, p. 161).

Diferente do caso estadunidense e mexicano, onde a figura do Governo enquanto poder coercitivo torna-se evidente na delimitação de territórios através de muros, como também do controle policial para possíveis ‘fugas’, o sonho americano torna-se então um fetiche, a negação do outro e, por vezes, de si mesmo. Oliveira (2015) traz elementos para a discussão da fronteira através da Arte em uma publicação intitulada “FRONTEIRA: ARTE: DOIS MUNDOS: projetos de arte de Alfredo Jaar e Judi Werthein entre América Latina e os Estados Unidos” onde escreve o seguinte:

Para a proteção da fronteira da Califórnia, por exemplo, um muro de mais de quarenta quilômetros de extensão foi erguido com refugos metálicos da primeira guerra do Golfo – a assim chamada Operação Desert Storm -, motivando o geógrafo David Harvey, inglês radicado nos Estados Unidos, a

perguntar, com perplexidade e certa indignação, “por que estamos erguendo muros em algumas partes do mundo, enquanto em outras nós os derrubamos? Afinal, que direito é esse que acreditamos ter?” (OLIVEIRA, 2015, p. 68).

A fronteira é uma realidade complexa (MACHADO, 1998; CATAIA, 2010). Muitas vezes confundida com o limite, a fronteira abre um leque de possibilidades de análise das dinâmicas sociais que se manifestam de maneira gradativa nos territórios fronteiriços. Mas, muitas vezes, e sobretudo do ponto de vista administrativo, a compreensão da fronteira parece estar atrelada à ideia de quebra abrupta entre determinados contextos nacionais onde o limite, a linha ou o marco representam a interrupção de um dado território.

Por isto, realizamos um levantamento paisagístico de territórios fronteiriços do Rio Grande do Sul com territórios argentinos, considerando especificidades de dinâmicas locais/regionais por diferentes segmentos espaciais a partir do limite internacional do estado.

A paisagem é um conceito de interface, cuja noção impõe lidar com a dialética interior/exterior, espaço/tempo, finito/infinito, natureza/artifício, realidade/representação (SERRÃO, 2013; ASSUNTO, 2013; SOUZA 2018). Na Geografia, a paisagem adentra relacionada com a porção de terra, com a materialidade do país, do território demarcado e transformado ao longo do tempo (PASSOS, 2000; VITTE, 2007). É possível afirmar que a paisagem é uma constante nos estudos geográficos, ao considerar sua presença em boa parte dos fenômenos e processos que são tomados como objetos de pesquisa por nós geógrafos.

As fronteiras geográficas são espaços de grande complexidade ambiental e cultural (SOUZA, 2015). Do ponto de vista socioeconômico e político, as fronteiras podem expressar contatos amigáveis ou conflitivos, muito a depender, também, dos momentos históricos tomados como referência. Já com relação às dinâmicas da natureza, algumas vezes as fronteiras podem ser dadas em função de fenômenos naturais como montanhas ou rios, mas, sem que isso signifique que as características do potencial ecológico e da exploração biológica dos geossistemas sejam abruptamente modificadas.

A fronteira é quase sempre confundida com um, ora mais simples ora mais complexo, limite político-administrativo, em função do seu entendimento atrelado ao conceito clássico de território: o fim ou a margem do território de domínio de um determinado país, por exemplo. Esse tipo de perspectiva dá relevo a determinadas práticas administrativas em que atores sociais passam a considerar a fronteira como a representação imediata de conflitos de interesses nacionais distintos, espaços de guarda, de vigia e de “proteção” contra as interferências vindas do estrangeiro.

Contudo, observar a dimensão paisagística das fronteiras permite identificar a continuidade de diversas dinâmicas ambientais e culturais que levantam a necessidade de um novo enfoque sobre a fronteira não mais como o lugar onde os países viram-se de costas um para o outro (PINTADO, BARRENECHEA, 1974).

No Brasil, os territórios argentinos emergem como paisagens aos brasileiros. Na Argentina, os territórios brasileiros emergem como paisagens sob os olhares argentinos. Para lembrar Bertrand e Metailié (2006) as paisagens surgem todas as vezes em que a subjetividade do olhar se cruza com a materialidade do território. Nesta interface territorial/paisagística, o reconhecimento mútuo da alteridade no contexto de uma mesma tessitura de dinâmicas e fluxos da naturezaⁱ pode gerar sentimentos unificadores e práticas de cooperação que são muito mais interessantes às nações do que o conflito territorial e/ou o esquecimento do ponto de vista político, econômico e ecológico dos confins dos territórios.

Assim, propomos uma reflexão sobre a fronteira como paisagem, que deve suscitar a integração internacional e o reconhecimento de que os limites geométricos não devem ser colocados como limites geográficos às relações entre os povos, às trocas comerciais, à valoração das diversidades culturais e ao bom uso dos recursos da natureza (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997).

Nesta esfera de compreensão, valorizamos a noção de “Raia” (PASSOS, 2006, 2007, 2008; SOUZA, 2010, 2015; BOSA, 2019; CAVACO, 2009; UNIÃO EUROPEIA, 2013). Pintado e Barrenechea (1974) mencionaram que Portugal e Espanha davam as costas um para o outro na fronteira, notadamente em situações de direcionamento de investimentos e atração populacional voltados para os contextos urbanos mais pronunciados nas faixas litorâneas do Mediterrâneo (Barcelona, Valência, Múrcia), do Atlântico (Lisboa, Porto, A Corunha) e da capital Madrid, no centro da Espanha. Então, um acordo de livre comércio e circulação precisou ser implantado, através da Cooperação Transfronteiriça no âmbito do INTERREGⁱⁱ, para que a condição de opacidade demográfica e econômica fosse transformada.

As políticas e estratégias de valoração dos territórios da fronteira entre Portugal e Espanha, com o Programa de Cooperação entre Regiões da União Europeia – INTERREG, deram maior projeção para que as relações internacionais na fronteira Ibérica fossem visualizadas sob a ótica da “Raia/Raya” que seria, assim, como um efeito geográfico dado pelas semelhanças ambientais e culturais entre os distintos países (UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR NORTE, 2005).

Tais semelhanças são identificáveis através da consideração da fronteira para além de um limite territorial que impede, por exemplo, relações sociais, a constante passagem de pessoas de um lado para o outro, laços familiares, as contínuas formas paisagísticas historicamente elaboradas, a continuidade internacional dos caracteres fisiográficos/naturais. Enquanto na fronteira existe uma descontinuidade política e administrativa; na “Raia”, essas rupturas não fazem sentido porque se reconhece que determinadas dinâmicas ambientais e culturais extrapolam a geometria dos limites. A Raia é a fronteira também vista como paisagem e não unicamente como território.

Assim, geografiar a fronteira seria transbordar a análise territorial e os simples limites geométricos dos perímetros, sejam eles atrelados a marcos físicos ou não. Desde Machado (1998) podemos compreender que os limites territoriais, mais complexos do que o limite geométrico, ligam-se a forças de poder centrípetas, pois se trata do exercício de comando do governo central na jurisdição que lhe cabe, com planejamento de fluxos, controle de pessoas e mercadorias, elaboração de planos estratégicos para guarda, ocupação, proteção ou o desenvolvimento econômico.

Ainda conforme Machado (1998), a fronteira implica na centrifugação do poder. Portanto, trata-se do momento em que ela se configura como ameaça mútua: os distintos interesses nacionais podem se cruzar sem se fundir uns aos outros. Isso demanda a vigia e a proteção que, por sua vez, pode ocorrer em um plano de relativo entendimento diplomático ou efetivamente culminar no cenário do conflito e do impedimento.

Geralmente, considera-se que o início da urbanização esteve relacionado com o surgimento das relativamente estáveis aldeias do passado neolítico, quando da sedentarização humana e domesticação das plantas e animais (SPOSITO, 2000). Também é consensual compreender que a forma de organização dos comandos de grupos sociais esteve ligada à produção de excedente alimentar, divisão do trabalho e consequentes incursões em territórios alheios para garantir o reabastecimento e manutenção da reprodução social distantes de possíveis colapsos por falta de recursos.

A base bruta da lógica geopolítica dos estados modernos, essencialmente, não se difere desse passado mais distante. É claro que, com a complexificação econômica, profundas alterações foram historicamente elaboradas para se chegar na base tecnológica que temos atualmente que, por sua vez, opera sob a demanda dos lucros e da especulação financeira.

Nesse sentido, a fronteira se tornou fenômeno técnico/representação que imprime o controle tanto no mapa quanto no território. Uma criação social sobre a natureza para

justificar sua transformação em recursos econômicos de maneira exclusivista e protecionista. Essa ideia dialoga com a afirmação de Cataia (2010) para quem a fronteira seria uma marca híbrida formada por materialidades naturais e artificiais visto que, por exemplo, a escolha de um elemento natural, um rio ou uma montanha, estaria condicionada às intencionalidades políticas e econômicas: a escolha do marco natural é estratégica e não aleatória.

Então, o olhar geográfico sobre a fronteira deve esmiuçar sua hibridação entre natureza e economia, natureza e política, conflitos ou diálogos culturais, limite como bloqueio à ultrapassagem e fronteira como convite à mesma (HISSA, 1998), ao infinito, ao que não cabe no território demarcado.

Paisagens do arco noroeste da Raia Internacional Sul-rio-grandense

As reflexões expostas caminham para uma compreensão da paisagem através da perspectiva geográfica em sinergia com as leituras do campo da Filosofia da Paisagem. Isto significa que, geograficamente, compreendemos a paisagem como uma realidade pulsante e em constante transformação, não sendo simplesmente uma fotografia do território, mas um retrato, no sentido de permitir re-tratar, reler, tratar novamente das dinâmicas sociais e naturais como memórias geossistêmicas.

A conceituação de Bertrand e Bertrand (2009) sobre a tríade GTP (Geossistema-Território-Paisagem) faz considerar o sistema paisagístico como um resultado e um processo de retomada das interações entre a natureza como fonte de recursos (geossistema) e a natureza já transformada em recursos de acordo com os interesses da sociedade (território). Na trajetória bertraniana, a paisagem jamais seria considerada como uma coisa estática, visto que, desde 1968, Bertrand a define como ente em perpétua evolução.

A partir do filtro filosófico, a paisagem comparece como uma dimensão da existência (SERRÃO, 2013). Enquanto dimensão da existência, sua espacialidade e sua temporalidade conduziram unificar e reconhecer a natureza como totalidade e o olhar humano sobre essa totalidade identificaria a impossibilidade de abarcá-la por completo. Assim, a paisagem seria um estratagema da razão para fazer que a dicotomia sociedade-natureza fosse recuperada pelo sentimento unitário Homem-Mundo (uma vez que *eu* não sou capaz de abarcar e compreender a magnitude da natureza que, ao menos, *eu* possa me sentir pertencente, de modo despretensioso, a ela). Qual seria a implicação disto? Talvez, a geração de posturas mais conscientes no enfrentamento dos principais problemas sociais e ecológicos da atualidade.

A paisagem é a natureza, o espaço e o tempo apreendidos esteticamente (ASSUNTO, 2013; SIMMEL, 2012). A faculdade estética de julgar (KANT, 2017 [1790]) natureza-espaço-tempo como paisagem é que abre portas para compreender a beleza ou a fealdade dos lugares e isso permitiria buscar soluções aos problemas, projetar o futuro e repensar o desenvolvimento econômico. Assim, desdobra-se a reflexão também para as fronteiras.

Souza (2018) discorreu sobre a paisagem enquanto uma entidade espaço-temporal que pode motivar uma nova consciência política. O autor partiu do pressuposto de que também é necessário dimensionar politicamente a paisagem no discurso geográfico, pois, aparentemente, o território é tomado como o grande conceito político na Geografia, isto é, por ser o espaço no qual se projetam e se concretizam as relações de poder.

Ainda conforme o autor, o território seguiria atrelado a um entendimento da política referenciada nos conflitos e, se a Geografia já serviu antes de tudo para fazer a guerra, estaria mais do que na hora de visualizar a Geografia como instrumento para promover a paz (SOUZA, 2018).

Nesta linha de raciocínio, a politização da paisagem se respalda no fato dela ser sempre um fenômeno irrepetível na superfície terrestre. Uma paisagem observada de um determinado local não pode ser alcançada pelo corpo, pois, quando isso acontece, quando o corpo adentra na paisagem, ela escapa e se transforma em lugar: haveria, portanto, o verdadeiro escape da terra, um *land-scape*, mas, automaticamente, da paisagem (espaço esteticamente apreendido) sempre emergiria o lugar, o espaço da experiência concreta com o mundo, da busca por valores de respeito e preservação da vida (espaço eticamente vivido).

Assim, a depender das posições do observador e do observado, a *paisagem de um é lugar para o outro* e vice-versa. A contemplação estética que um sujeito tem a partir do seu espaço de experiência direta com o mundo é uma condição fundamental para que ele se conscientize *do mundo e no mundo*. O intervalo que se vislumbra entre o lugar e a paisagem deve ser preenchido pela ideia de que aquilo que importa para a manutenção da *minha vida* é igualmente importante para a manutenção da *vida do outro*. Essa ideia conduziria às ações de conservação de recursos naturais, despoluição, benfeitorias em infraestruturas, em relações sociais, em desenvolvimento, enfim, uma verdadeira harmonização territorial ao invés da promoção do desentendimento e do conflito.

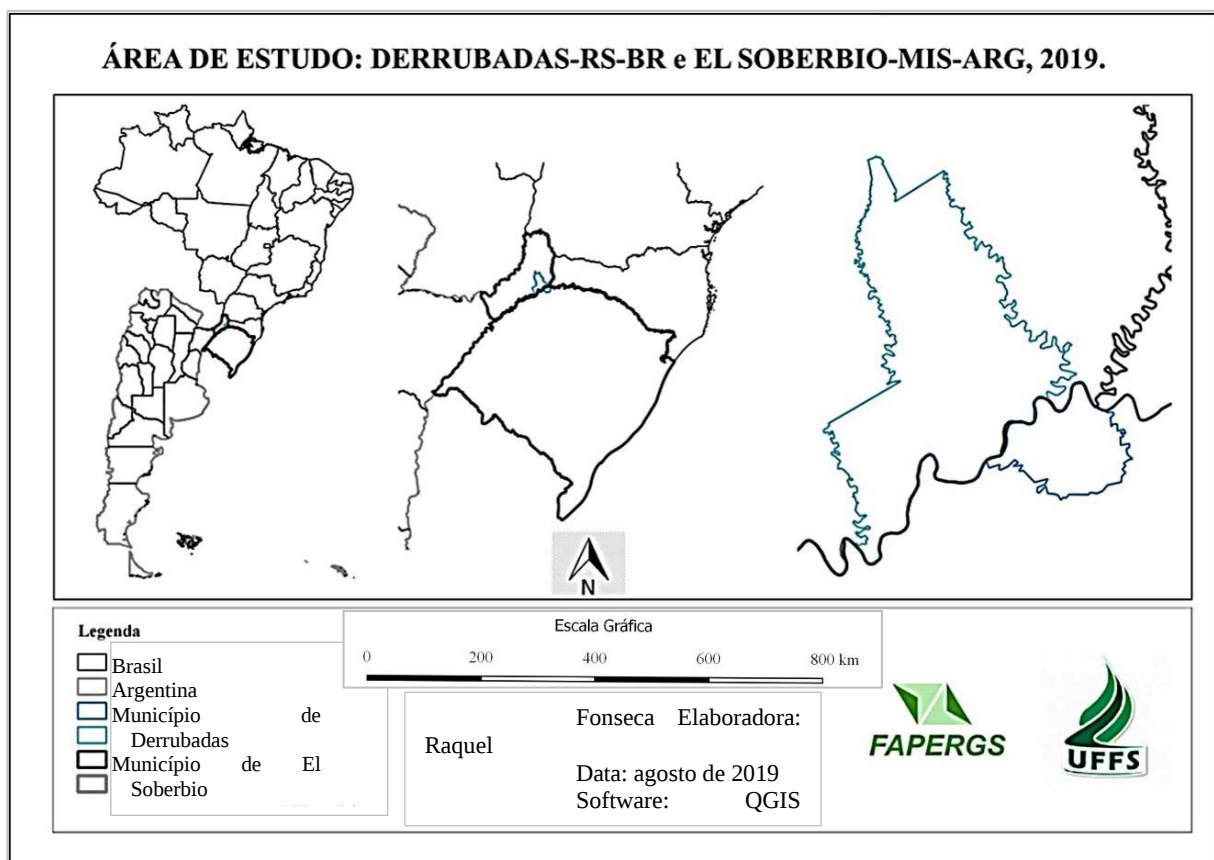
Através da paisagem pode-se dar a compreensão de que a vida, assim como a naturezaⁱⁱⁱ, não demanda descontinuidades. A fronteira como paisagem seria, então, um lugar de promoção da vida sem interrupções. Nestes termos trataremos de apresentar análises sobre

a continuidade de um elemento natural comum entre o noroeste gaúcho e a Província de Misiones/Argentina, ou seja, o Parque Estadual do Turvo e os Saltos del Moconá, um conjunto ecológico-paisagístico que faz de um segmento do limite Brasil-Argentina, uma Raia.

De acordo com a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2009), do Ministério da Integração Nacional, o Noroeste gaúcho se enquadra na sub-região fronteiriça dos Vales Coloniais Sulinos. Neste segmento localizam-se as Unidades de Conservação do Parque Estadual do Turvo, município de Derrubadas-RS em continuidade com a *Reserva de la Biosfera Yabotí*, Nordeste da Argentina.

Por sua continuidade internacional, denominamos o conjunto paisagístico como um possível elo raiano na porção Noroeste da fronteira gaúcha com a Argentina. Neste trabalho trataremos especificamente do caso das Unidades de Conservação em Derrubadas e *El Soberbio*.

Mapa 1 - Localização da área de estudo.



O Parque Estadual do Turvo é uma unidade de conservação de proteção integral com

importante valor ecológico e cênico no estado gaúcho. Este parque foi o primeiro criado no Rio Grande do Sul e possui área de pouco mais de 17 mil hectares. Do outro lado da fronteira, na parcela Argentina, está o Parque Saltos de Moconá, dentro de uma área de proteção mais ampla, que abrange cerca de 221 mil hectares no nordeste do país, esta porção maior se chama *Reserva de la biosfera Yabotí*.

A grande diferença entre as dimensões das áreas de preservação é um indicador do modo como os processos históricos de ocupação territorial ocorreram e foram responsáveis pelas ações de desmatamento, conforme o avanço das frentes pioneiras. Contudo, destaca-se a necessidade de realizar estudos mais detalhados a respeito dos processos que estão envolvidos no estabelecimento e manutenção dos parques, seus enquadramentos nas respectivas políticas ambientais e a atuação da gestão pública na escala estadual, provincial, municipal, departamental e nacional.

No entanto, nota-se a atual pressão antrópica sobre essas Unidades de Conservação. Nas cartas a seguir, destacam-se claramente os perímetros das UCs nos municípios. Uma dinâmica que chama atenção é a significativa evolução do desmatamento na porção sudoeste da área de estudo desde o ano de 1993, na faixa argentina.

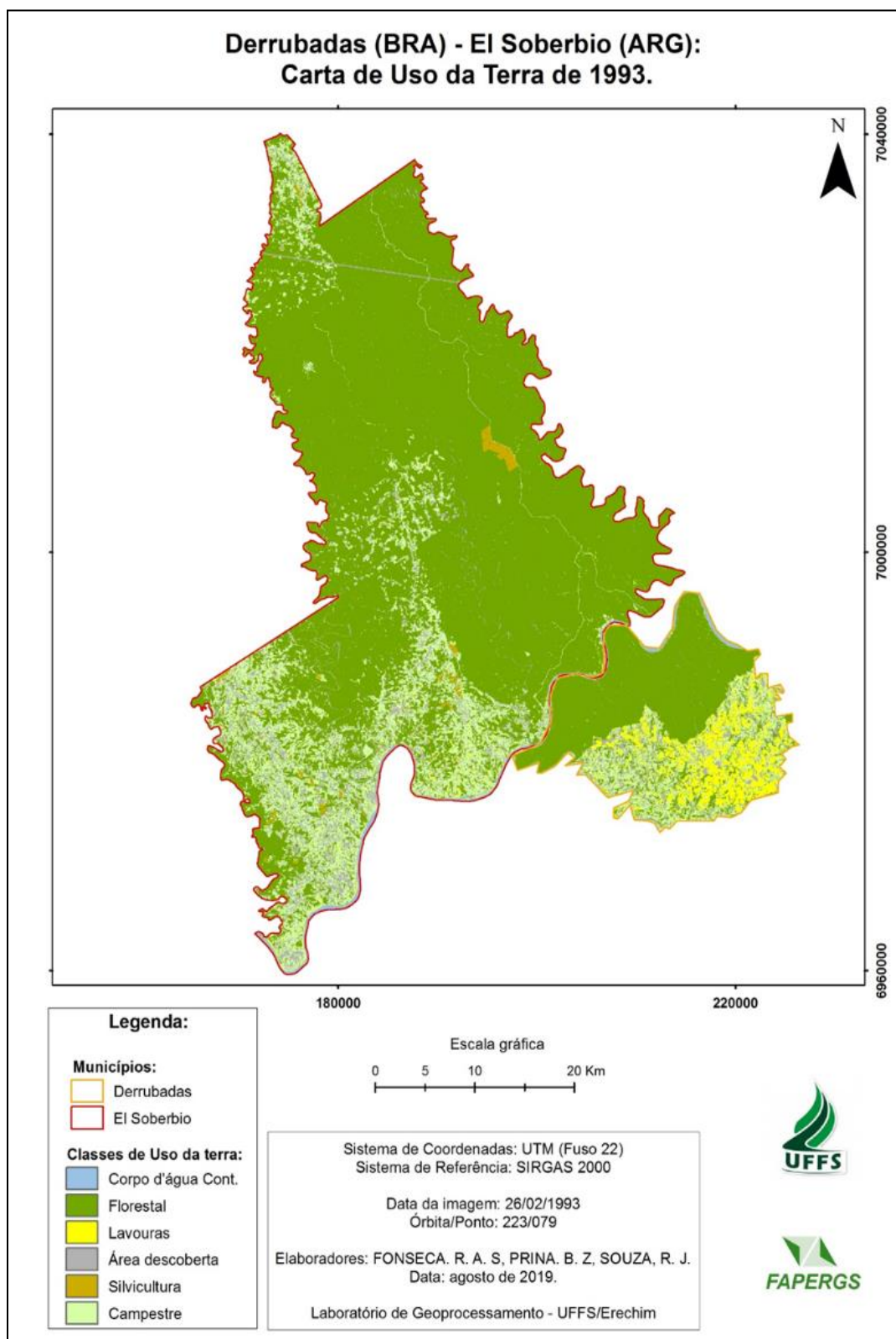
Muito embora não se perceba grandes interferências na porção correspondente ao Parque Estadual do Turvo, vale dizer que, por meio de visita a campo¹, foi possível coletar informações junto à gestão do parque que apontaram para pressão antrópica motivada por uso de defensivos agrícolas e eventual envenenamento de espécies nas áreas de rebordo. Nesse aspecto, as cartas de uso da terra já evidenciam significativa presença de áreas de lavoura do lado brasileiro, associada ao problema apontado pela gestão do parque.

Vale ressaltar que a cartografia da área de estudo foi sistematizada a partir do uso do *software* ArcMap (ArcGIS), no Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim (RS).

As imagens utilizadas foram obtidas junto ao sítio do Serviço Geológico Americano (*United States Geological Survey* - USGS). Para o ano de 1993, utilizou-se uma cena do LandSat-5, datada no mês de fevereiro. Já para o ano de 2018, a cena utilizada foi a do LandSat-8, também para o mês de fevereiro. Nas duas datas foi realizado uma Classificação Digital de Imagens, com uso do algoritmo Máxima Verossimilhança (*maximum-likelihood estimation*).

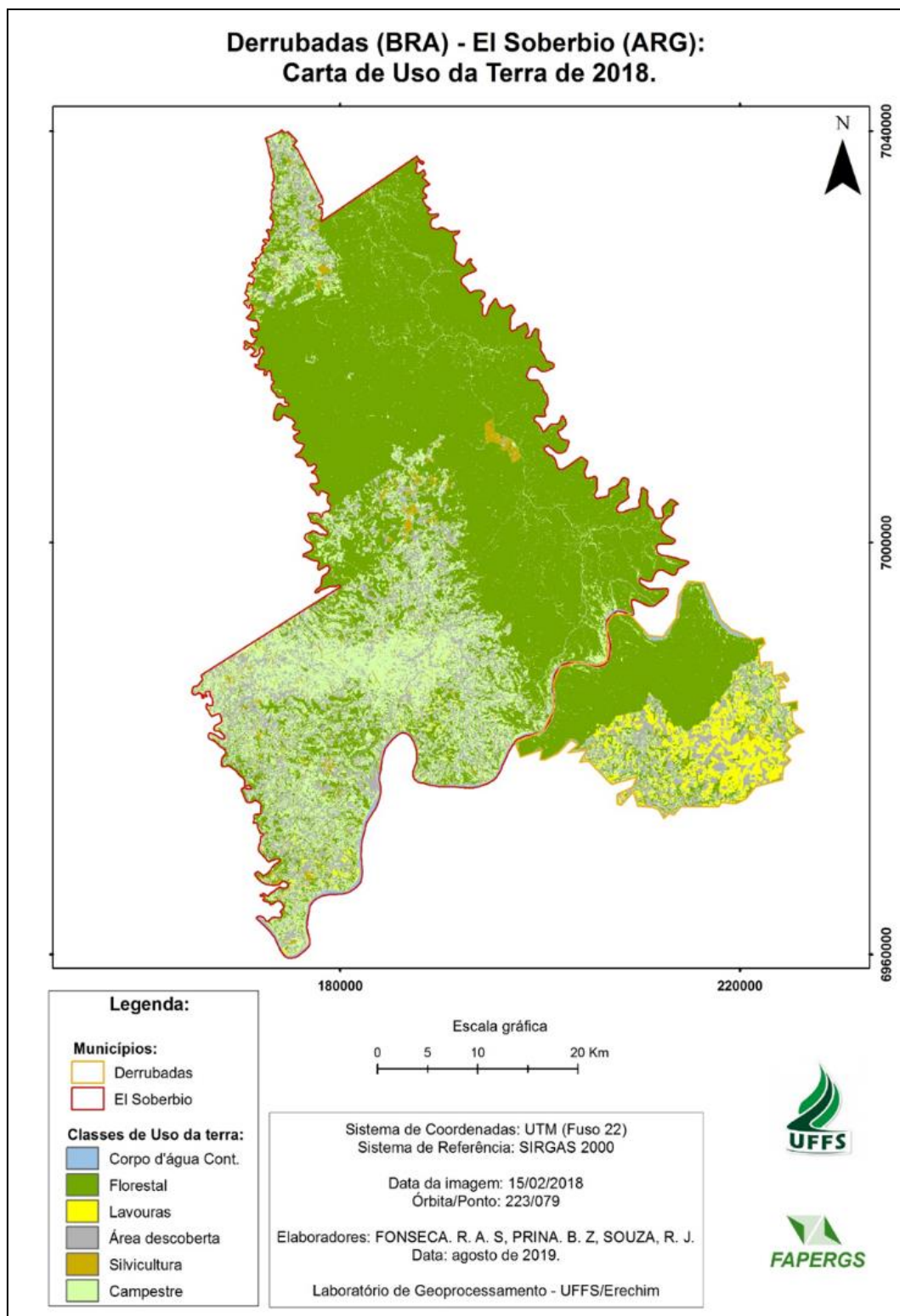
¹ No mês de abril de 2019.

Mapa 2 - Carta de uso da terra demonstrando a evolução do desmatamento, notadamente na Reserva Yabotí.



Org.: autores, 2019.

Mapa 3 - Carta de uso da terra demonstrando a evolução do desmatamento, notadamente na Reserva Yabotí.



Org.: autores, 2019.

A análise visual das cartas associada com a comparação dos pixels permite obter dados importantes sobre a pressão antrópica nestas paisagens. No município de *El Soberbio*,

notou-se a redução de 15,43 pontos percentuais da área de floresta entre os anos de 1993 e 2018. A somatória das outras classes representativas dos usos da terra (exceto corpos hídricos) saltou 15,76 pontos percentuais, passando de 21,92% para 37,68% da área mapeada.

Quadro 1 - Dados da Classificação do Uso da Terra – *El Soberbio* (Argentina)

Dados da classificação do uso da terra – <i>El Soberbio</i> (Argentina)		
	1993	2018
Classes de Uso da Terra	Porcentagem (%)	Porcentagem (%)
<i>Corpo D'água Continental</i>	1.23%	0.90%
<i>Florestal</i>	76.86%	61.43%
<i>Lavouras</i>	0.36%	0.45%
<i>Área Descoberta</i>	5.53%	12.63%
<i>Silvicultura</i>	1.55%	1.70%
<i>Campestre</i>	14.48%	22.90%

Org.: autores, 2019

Com relação ao município de Derrubadas, os dados processados mostram a redução de 1,94 ponto percentual. A somatória das outras classes representativas dos usos da terra (exceto corpos hídricos) saltou 2,31 pontos percentuais, passando de 42,75% para 45,06% da área mapeada.

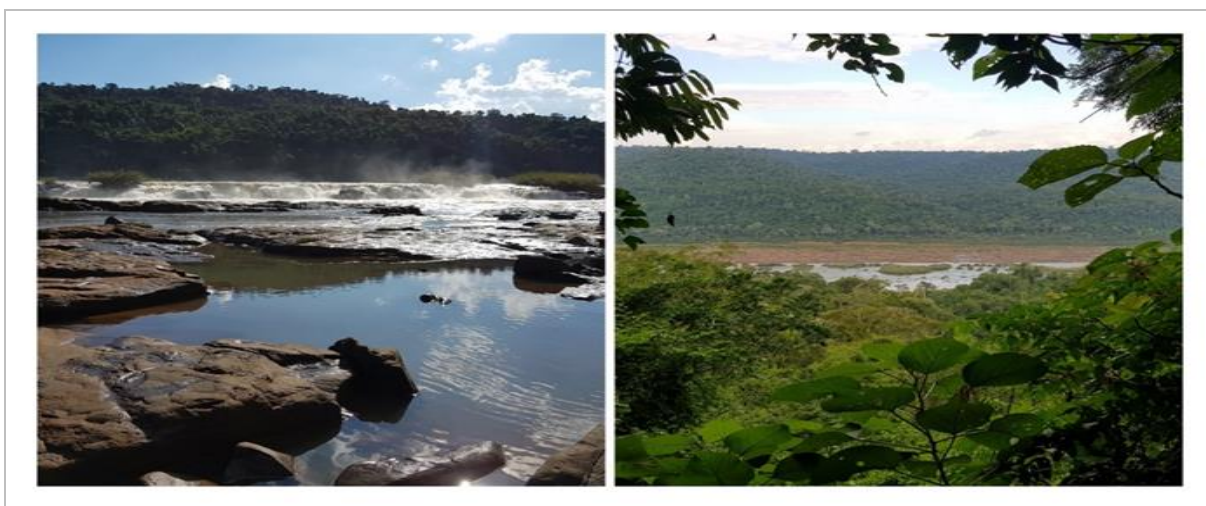
Quadro 2 - Dados da Classificação do Uso da Terra – Derrubadas (Brasil)

Dados da classificação do uso da terra – Derrubadas (Brasil)		
	1993	2018
Classes de Uso da Terra	Porcentagem (%)	Porcentagem (%)
<i>Corpo D'água Continental</i>	2.34%	1.97%
<i>Florestal</i>	54.91%	52.97%
<i>Lavouras</i>	15.13%	15.97%
<i>Área Descoberta</i>	7.68%	15.96%
<i>Silvicultura</i>	0.92%	0.80%
<i>Campestre</i>	19.02%	12.33%

Org.: autores, 2019

Mesmo com as evidências de impactos ambientais oriundos dos desmatamentos em um contexto marcado por certa ausência de concretização de políticas para cooperação bilateral, há um elo entre Brasil e Argentina neste segmento da fronteira, que pode

caracterizá-la como uma paisagem de integração: o Salto do Yucumã. A paisagem do Yucumã resultou da formação de uma falha geológica pela qual adentra o rio Uruguai, trata-se de uma fenda com quase dois quilômetros de extensão, 30 metros de largura e 120 metros de profundidade. Todo o complexo paisagístico se compõe, também, pela extensão da massa florestal que, conforme o plano de manejo do Parque Estadual do Turvo, está inserida na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.



Aqui temos algumas tomadas que exemplificam a beleza natural como potencialidade à integração binacional, principalmente no que tange ao potencial para educação ambiental e conscientização acerca da manutenção dos patrimônios naturais. A primeira imagem foi tomada a partir da porção gaúcha. A segunda, a partir do Parque Provincial Moconá. Fotos: Reginaldo Souza, abril de 2019

O Salto do Yucumã faz parte de dinâmicas que extrapolam a cidade sede do parque, movimentando a economia de outras cidades fronteiriças através do elemento cênico, a Rota do Yucumã faz parte de um planejamento turístico do noroeste do estado, conforme o histórico retirado do site:

O Consórcio Rota do Yucumã, pessoa jurídica de direito público, criada no ano de 2000, tem como objetivo principal promover a conscientização e a educação para o desenvolvimento do turismo sustentável junto à comunidade local.

Localizada no noroeste colonial do Rio Grande do Sul, a Rota do Yucumã está inserida numa região de transição entre os campos gerais e as áreas de formação das depressões das encostas do Rio Uruguai, essas características permitem a região apresentar uma grande diversidade de flora e fauna, observadas especialmente no Parque Estadual do Turvo. (TURISMO YUCUMÃ)

Fazem parte da rota o total de 32 municípios e a sede do consórcio encontra-se no município de Três Passos – RS. Para além dos recursos obtidos através do valor da entrada do

parque, destinado à prefeitura de Derrubadas, medidas compensatórias de hidrelétricas fazem parte do maior montante de recursos para manutenção do parque. Em relação a atividades voltadas à educação é recorrente a visita de escolas da região, apesar do parque não ter um programa oficial de educação ambiental.

Por se tratar de uma área residual de mata subtropical de 17 mil hectares, após o avanço da fronteira agrícola e consequente desmatamento para formação das propriedades, o processo de tensionamento entre os rebordos do parque com as propriedades ainda é uma realidade preocupante, relatada pela própria gestão e pela secretaria de turismo. O município de Derrubadas tem seu nome diretamente relacionado com a história do desmatamento. A seguir uma reflexão, em caráter de exemplo, a partir do hino municipal:

Despontando vigor e coragem sedenta / Surge radiante na década de trinta. /
A "Derrubada" em seu trono varonil / Desabrocha para o mundo e imigrantes
atraiu. / Os bravos guerreiros entrelaçaram a história / Preservando a cultura
em sua memória, / Com esforço e trabalho é marcado o plebiscito / Em vinte
de março é criado o município. / Derrubadas me orgulha ser teu filho, com
bravura / Deste solo fecundo, celeiro de fartura. / Ostentas o trabalho, lavoura,
planta e povoa, / Nos quatro cantos deste chão, um coro vibrante ecoa. / Ó
Derrubadas, terra amada! / Que refulge ao sorrir das manhãs. / Ó
Derrubadas, és venerada! / És majestosa como o Salto Yucumã. / Na estrada
do futuro, vamos plantando a semente / Que brilhe o sol soberano aos nossos
derrubadenses. / Nosso Parque Florestal é de beleza exuberante, / Com a
fauna e a flora, a natureza é radiante. / De nobreza, nosso berço é glorioso e
gentil / Pelejar é uma virtude nesse céu cor de anil. / Na rota do turismo
nosso atrativo é o primeiro, / O turista se encanta com este povo hospitaleiro.
/ Tens uma maravilha que no mundo não há igual: / O nosso Salto Grande,
maior queda longitudinal. / Ostentas o trabalho, lavoura, planta e povoa, / Nos
quatro cantos deste chão, um coro vibrante ecoa. / Ó Derrubadas, terra
amada! / Que refulge ao sorrir das manhãs. / Ó Derrubadas, és venerada! / És
majestosa como o Salto Yucumã. (Hino ao município de Derrubadas, letra
de Lairton Cansi e Rosinei Cansi. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL).

Considerado solo fecundo, celeiro de fartura, certamente essa visão resultaria na reminiscência de uma área de floresta em não mais do que os 17 mil hectares que ficaram como testemunho do passado. O Salto do Yucumã, já era visto, desde o passado, como um elemento atrativo por sua beleza cênica. Mas, verifica-se aí uma típica visão positivista do progresso: a mata não foi vista como uma componente sistêmica para a preservação do salto. Em si, sem o contexto paisagístico de base naturalista, ele esteve/está sob ameaça.

Durante trabalho de campo, verificamos que há em seu entorno a presença de propriedades agrícolas que pressionam os rebordos da área de preservação no sentido de que, conforme relatos da gestão, há uso de agrotóxicos e, muitas vezes, a necessidade de aplicação de multas a proprietários. Consideramos que a atividade econômica deveria acontecer com

certa preocupação com os recursos ambientais em sua integralidade. Porém, os relatos da gestão do parque demonstraram que isso não é completamente internalizado pelos proprietários de terras nas áreas de margem.

Neste trabalho de campo também foi possível tomar conhecimento de algumas ações relacionadas ao turismo. A prefeitura de Derrubadas possui convênio com o Parque do Turvo para atividades de ecoturismo. Há uma estratégia de ação integrada entre a esfera estadual e municipal nesse aspecto. O ecoturismo pode ser uma potencialidade para dinamizar a economia local e projetar o potencial ecológico do noroeste gaúcho no próprio estado do Rio Grande do Sul e nos municípios argentinos. Nesse ponto, porém, a travessia mais próxima de Porto Soberbo-*El Soberbio* não conta com um posto de fiscalização do lado brasileiro, fato que desvia a passagem de argentinos, possíveis visitantes ao Parque do Turvo, que preferem não entrar em situação ilegal no Brasil.



A pressão antrópica pode ser percebida pela zona de tensão entre as propriedades e as margens do parque. Esta foto foi tirada junto à entrada do PET, à esquerda, a vegetação já pertence à unidade de conservação. Fonte: trabalho de campo, 2019

Além das observações descritas anteriormente, o trabalho de campo em Derrubadas e no PET, mais especificamente, permitiu-nos algumas outras verificações que podem se tornar alvo de pesquisas futuras, como:

- Apontamentos sobre possíveis desencontros entre a visão da gestão do parque com a gestão do turismo municipal: a gestão do parque tem uma postura mais preservacionista e a secretaria de turismo mais conservacionista, ou seja, há um certo conflito entre linhas de contemplação da natureza e seu uso como recurso;

- Os recursos financeiros do parque predominantemente vem de medidas compensatórias de hidrelétricas: as hidrelétricas à montante do rio Uruguai interferem diretamente no fluxo nas águas que passam pelo Salto e isso, além de provocar impactos ecossistêmicos, também pode interferir nos fluxos de visitantes, na medida em que, quando há aumento muito significativo de vazão, a vista do salto é afetada;

- Importância das visitas de escolas no parque: há recepção de estudantes e professores da rede pública de ensino, de escolas particulares e de universidades. Embora não se tenha um programa oficial de educação ambiental que, inclusive, fomente um trabalho que promova maior envolvimento dos próprios estudantes de Derrubadas com a sua paisagem;

- O parque não tem projetos de educação ambiental dentro das escolas: isso está diretamente relacionado com o que foi detectado anteriormente, ou seja, não há uma ação conjunta entre setores da educação, do turismo e do meio ambiente. A gestão, com baixos recursos e baixo número de funcionários, não consegue estabelecer tal vínculo capaz de se envolver mais com o próprio município;

- Presença de poucos guarda-parques, apenas dois: notou-se um encadeamento de causas e consequências a partir deste ponto do diálogo com a gestão. Com baixo número de funcionários, por consequência, a vigia e segurança do parque também é prejudicada;

- Estratégias de patrulha conjunta com comunicação via *WhatsApp*: há comunicação entre os guardas brasileiros e argentinos quando da necessidade de algum patrulhamento contra invasores, porém, é uma estratégia que, em função da perda de conexão quando se sai das áreas próximas às sedes, acaba sendo prejudicada. Há necessidade de aprimorar a comunicação entre os guardas-parque de ambos os lados da divisa internacional.



Imagem obtida no Centro de Visitantes do PET. Na foto abaixo, conta-se 12 guardas florestais em 1974, hoje, há apenas dois no PET. Fonte: trabalho de campo, 2019

- O Conselho de Gestão do Parque conta com dois representantes do lado argentino: no Parque Estadual do Turvo isto acontece, porém, no Parque Provincial de Moconá não há representação brasileira. O intento de integrar ações conjuntas que, inclusive, focalizem o corredor ecológico internacional que se estende até Foz do Iguaçu, deve gerar maior integração de gestão nesse aspecto para que a ação conjunta de conservação ecológica internacional se torne uma realidade;

- A paisagem do salto e da mata é nossa, mas, o território é argentino: há uma dialética território-paisagem na fronteira. O território argentino abriga 221 mil hectares de mata enquanto o brasileiro apenas 17 mil. No entanto, a imponência cênica do Yucumã é um privilégio brasileiro. Assim, a paisagem brasileira é feita pelo território argentino, enquanto, na paisagem argentina, o território brasileiro não é tão generoso no aspecto cênico. Independentemente de quaisquer benefícios ou malefícios nesse sentido, o fato é que ali se tem um verdadeiro patrimônio internacional, raiano, que deve ser foco de políticas e estratégias de gestão solidárias.

O plano de manejo destaca que o Parque Estadual do Turvo faz parte de uma iniciativa de formação de um corredor de áreas protegidas composto por parcelas do território brasileiro,

argentino e paraguaio, a fim de estabelecer a conexão, via florestas subtropicais também localizadas na província de Misiones, entre o Parque do Turvo e o Parque Nacional do Iguaçu,

no Paraná. Porém, o próprio documento da faixa de fronteira destaca a primazia de articulações locais neste segmento da fronteira, sem que haja efetiva atuação do estado na implantação das infraestruturas.

Então, verificamos a discrepância entre o intento de articulação através da estratégia de composição de um grande corredor ecológico e a própria falta de elementos concretos que viabilizem tal intento. As cartas de uso da terra apontaram problemas, visto que há evidência de desmatamento e indicação de pressão antrópica em função das áreas de produção agrícola. Uma maior atenção a essas disparidades deveria compor uma política pública mais coerente com os próprios objetivos de se articular internacionalmente o corredor ecológico.

A zona de contato entre Derrubadas e *El Soberbio* é marcada por processos de capilaridade, conforme o antigo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2009). A proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira estabelecia que os laços de capilaridade no arco sul da fronteira brasileira, que integra a parte limítrofe de Derrubadas com *El Soberbio*, são dados por trocas esparsas entre os vizinhos, com poucas redes de integração em um contexto de baixa intervenção estatal no que tange à implantação de infraestrutura para articulação entre os países nessas áreas. O documento ainda destaca que a escala de primazia das articulações é local ao invés da bilateralidade.

Em visita técnica à Secretaria de Turismo de *El Soberbio*/Argentina, verificamos que o posto de fiscalização de fronteira funciona apenas no país vizinho. Em reunião com os representantes do setor de turismo da municipalidade de *El Soberbio*, uma das maiores ausências referidas foi a falta desse posto de controle, que acaba por desviar fluxos de argentinos para entrada no Brasil pelo Porto Xavier, que aumenta em quase três horas a viagem. Isso se torna um estrangulamento para aprimorar relações de parceria na gestão dos parques, para projetos pedagógicos internacionais, enfim, para a valoração conjunta de um conjunto ecológico com potencialidades para que o limite fronteiriço seja ultrapassado por um ideal raiano de integração internacional.

Por meio de relatos da direção de turismo do município argentino foi possível verificar maior integração entre Ministério da Ecologia e Ministério da Educação. A direção de turismo está mais bem relacionada com instancias superiores, em escala provincial. Há uma ação conjunta com as escolas que promovem projetos de educação ambiental, valorizando as potencialidades ecológicas dos *Salto de Moconá*, do rio *Uruguay* e as ações de limpeza do rio, cujos resíduos coletados são levados às escolas para pesagem e programas de

conscientização. Os resíduos coletados são encaminhados para reciclagem e envolvem 40 escolas da província em projeto de educação ambiental.

A seguir, o quadro aponta algumas características das interações fronteiriças dos Vales Coloniais Sulinos com a Província de Misiones. Um aspecto que chama atenção é definição como média a baixa a permeabilidade cultural transfronteira.

Tabela 1 - Características da faixa de fronteira

Segmentos Fronteiriços	Natureza da Identidade do Lado Brasileiro	Permeabilidade Cultural Transfronteira	Interação cultural			Movimentos migratórios	
			Nível	Intensidade	Caráter Histórico	Brasileiros	Estrangeiros
Prov. de Misiones com RS, SC, PR	Híbrida (“colonos” imigrantes de várias origens) e relativamente estável	Média a baixa	De equivalência, com alguma preponderância brasileira	Média a fraca	Antiga (Missões)	Relativamente recentes (anos 1960); fracos e estabilizados; movimento pendular nas cidades-gêmeas	Fracos e estabilizados; movimento pendular nas cidades-gêmeas

Adaptado de: BRASIL (2005)

Porém, por meio do trabalho de campo realizado em *El Soberbio*, percebemos que é preciso escapar um pouco das generalizações. Em praticamente nenhuma situação fomos chamados a nos comunicar em espanhol, posto que todos compreendem a língua portuguesa naquela cidade. Fato este que indica uma permeabilidade de interações culturais que resultam na familiaridade dos moradores argentinos com o idioma do lado brasileiro.

No dia 14 de abril de 2019, a Secretaria de Turismo, junto à Prefeitura e o Ministério da Ecologia, promoveu a ação de limpeza do rio Uruguai. Na ocasião, pudemos participar do evento com todos os setores sociais envolvidos. Um aspecto que vale ser mencionado é a participação de representantes das prefeituras dos municípios gaúchos, como o caso de Derrubadas e Tiradentes do Sul e demais brasileiros que se integram à ação.

Tais permeabilidades da fronteira são promovidas em contextos de fluxos que não podem ser observados na escala dos programas e propostas de políticas públicas do governo federal. A fronteira como território de ação pode não ser muito didática quanto à compreensão de micro relações que surpreendem pesquisadores que nunca haviam transitado pelas franjas entre Brasil e Argentina desde o noroeste gaúcho. Mas, a fronteira vista como paisagem revela os cenários vivos de experiências de trocas que, se não fossem constatadas e destacadas, não teriam potencial para complementar o entendimento das tipologias e definições de programas de desenvolvimento mais generalistas.

Nesse momento, inclinamo-nos à ideia da fronteira como “Raia”, isto é, como intergradação de dinâmicas (PASSOS, 2006): socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais sobre uma base paisagística/naturalista semelhante em ambos os territórios e, por isso, um significativo potencial que mais aproxima do que afasta as experiências e modos de vida entre povos estrangeiros, sim, porém, nunca estranhos um ao outro.



Essas fotografias resumem o “espírito raiano”. Em 14 de abril de 2019, a ação de limpeza dos detritos lançados no rio Uruguai reuniu argentinos e brasileiros preocupados com iniciativas de educação ambiental. Ao final da ação, geralmente ocorre uma celebração onde o principal motivo de comemoração é o próprio rio. É uma vivência que demonstra a capacidade de colaboração entre estrangeiros interessados na manutenção de um bem natural compartilhado, não disputado. Fotos: Reginaldo Souza

A Raia Internacional Sul-rio-grandense aparenta ter várias possibilidades de estudos geográficos que valorizem seus potenciais paisagísticos e a cooperação binacional. Se o objetivo do Tratado de Assunção é integrar os países por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL), então, maior atenção à geografia da Raia deve ser destinada.

Considerações finais

*Vinde cá, peixes, vós da margem direita que estais no rio Douro, e vós da margem esquerda que estais no rio Duero, vinde cá todos e dizei-me que língua é a que falais quando aí em baixo cruzais as aquáticas alfândegas, e se também lá tendes passaportes e carimbos para entrar e sair.
(José Saramago, Viagem à Portugal)*

O conjunto paisagístico das Unidades de Conservação do Yucumã/Moconá configura claramente um elo de integração raiana entre os dois países. Trata-se de uma potencialidade a ser observada e valorada por sua capacidade de promover o retorno à história ecológica regional enquanto elemento residual da história da ocupação colonial.

Esta área é muito didática para se compreender conflitos de interesses e de temporalidades na paisagem-fronteira, pois, nela se verifica a capacidade da pressão antropogênica de alterar profundamente o longo curso do processo de formação e distribuição da vegetação, bem como as próprias características do rio Uruguai, na medida em que é palco de empreendimentos hidrelétricos que ameaçam sufocar o Salto e suprimir definitivamente as possibilidades de melhoria e incrementação da atividade turística e da educação ambiental.

Por outro lado, as relações topofílicas dos moradores (TUAN, 2012), vivenciadas durante o trabalho de campo na área de estudo, demonstram forte apreço para a conservação dos parques e manutenção da beleza cênica das quedas d'água que traçam limites para os territórios nacionais, mas, sobressaltam a ideia da paisagem como herança de processos naturais a serem mantidos pelas sociedades atuais (AB'SÁBER, 2003).

No território, há uma fenda na terra e, na paisagem, as águas do Uruguai(y) compõem um cenário único na fronteira. Essas mesmas águas são capazes de mobilizar argentinos e brasileiros em ações de cuidado com o seu rio. Esse espírito de unificação e colaboração é a principal característica para se fazer da Raia Missioneira-Gaúcha um enlace de solidariedade existencial e não necessariamente um desafio de convivência.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ASSUNTO, Rosário. Paisagem-ambiente-território. In: SERRÃO, Adriana (coord.). **Filosofia da Paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.

BERTRAND, G. *Paysage et géographie physique globales: esquisse methodologique*. Rêvue de Géographie des Pyrenées et Sud-Ouest. Toulouse, v.39, p.249-72, 1968.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. In: PASSOS, Messias Modesto (org.). Maringá: Massoni, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2009.

CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflitos. In: **Geografia em questão**, v.3, n.1. Marechal Candido Rondon: 2010.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de manejo do Parque Estadual do Turvo-RS**. Porto Alegre, 2005.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade da fronteira: inserções do conhecimento sócio espacial na crise da modernidade**. 1998, v.1. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução: António Marques e Valério Rohden. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: Tania Marques Strohaecker, Anelisa Damiani (orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

OLIVEIRA, L. S. de. (2015). Fronteira: Arte: Dois Mundos: projetos de arte de Alfredo Jaar e Judi Werthein entre América Latina e os Estados Unidos. In: **Revista Farol**, 9(9), 67–76.
PASSOS, Messias Modesto dos. **A Raia Divisória**: geossistema, paisagem e eco-história. Maringá: Eduem, 2006.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana (coord.). **Filosofia da Paisagem**: uma antologia. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.
SOUZA, Reginaldo José. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. In: Revista Geografar, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 380-393, 2018.

SPÓSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012

Agradecimentos

À Universidade Federal da Fronteira Sul pela atual concessão de auxílio financeiro e de bolsa ao subprojeto “Dinâmicas ambientais e culturais e integração bilateral na Raia Transfronteiriça Rio Grande do Sul-Argentina” (EDITAL Nº 121/GR/UFGS/2021); à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul, FAPERGS, pela concessão de bolsas de iniciação científica aos subprojetos “Paisagem e conservação ambiental na Raia Internacional Sul-rio-grandense: o caso do Salto do Yucumã/Saltos de Moconá” e “Paisagens das Missões Jesuítico-Guaranis como elo raiano entre Brasil-Argentina-Paraguai” (FAPERGS - PROBIC - Edital EDITAL Nº 191/GR/UFGS/2018 e EDITAL Nº 194/GR/UFGS/2019).

ⁱ As águas do rio Uruguai não mudam suas propriedades físico-químicas no limite internacional, por exemplo.

ⁱⁱ Programa de Cooperação entre Regiões no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha (2007-2013). Seu objetivo era reforçar a coesão econômica e social do espaço de fronteira luso-espanhola. Suas prioridades e metas foram estabelecidas para o desenvolvimento de 17 unidades territoriais que compõem a chamada Raia Ibérica. Estas unidades territoriais cobrem uma superfície total de 136.640 Km² (23,5% do espaço ibérico).

ⁱⁱⁱ Posto que a paisagem também é manifestação natural.